

Doutores: a quem interessa?

por Maurício Garcia*

Matéria recentemente veiculada pelo jornal Folha de São Paulo (Cotidiano, 10/1) levantou a polêmica acerca da política de demissão de doutores que estaria sendo adotada por algumas instituições de ensino superior, como estratégia para a redução de custos, uma vez que os portadores desse título seriam remunerados em faixas salariais superiores a outros professores com menor titulação.

É evidente que a demissão arbitrária e sem critério, tendo unicamente em vista o controle de despesas, sem a devida preocupação com o impacto na qualidade do serviço educacional prestado aos alunos não pode ser aplaudida e de forma alguma quero compactuar com tal procedimento. Todavia, não deixa de ser oportuno aproveitar a ocasião para fazer uma reflexão sobre o real significado do título de doutor na qualidade do ensino.

Ainda não há evidências estatísticas ou científicas concretas que a titulação de doutor traga de fato benefícios significativos para a formação dos alunos. Ou seja, muito da especulação que existe em torno desse tema é feita de maneira intuitiva, sem o devido embasamento científico para sustentar as teses apresentadas.

Gustavo Loschpe, ex-colunista da Folha, mostra em seu livro "A Ignorância Custa um Mundo" algumas análises sobre esse tema. Dentre elas, destacam-se as realizadas por Eric Hanushek, um dos maiores especialistas americanos em educação, que compilou diversos trabalhos feitos por outros autores que tentaram estabelecer correlação entre o grau de educação do professor e a qualidade de educação. O resultado é surpreendente: em um dos estudos, apenas 6 trabalhos (em 106) encontraram efeito positivo estatisticamente significativo. O curioso é que outros 5 trabalhos apontaram um efeito negativo. Os demais 95 não encontraram correlações significativas entre ambas variáveis. Esse número sobe quando se analisam apenas trabalhos relacionados com países em desenvolvimento, mas ainda assim não há unanimidade: 45% dos trabalhos analisados não conseguiram mostrar haver correlação positiva significativa desta variável.

A principal questão relacionada com esse aspecto está na total ausência de alinhamento das políticas que norteiam a pós-graduação no País com as reais necessidades do magistério superior. A exceção daqueles graduados em cursos de licenciatura, a esmagadora maioria dos docentes do ensino superior não possui qualquer preparação formal pedagógica. Não sabe quem foi John Dewey, Jean Piaget ou Lev Vygotsky. Nunca leu o relatório Jacques Delors da UNESCO e não sabe o que foi a Declaração de Bolonha. Desconhece a estrutura legal do ensino superior brasileiro e não consegue mostrar claramente a diferença entre um curso sequencial e um curso tecnológico. Não sabe o que é construção coletiva do conhecimento, interatividade e outros conceitos modernos da educação.

É compreensível que a maior parte dos leitores desse artigo também desconheça essas questões, mas isso não é tolerável a um profissional da educação. Hoje, os professores do ensino básico são mais bem preparados para o magistério, uma vez que lhes é exigido o diploma de licenciatura, do que os professores do ensino superior, aos quais não existe qualquer exigência para ingresso no magistério.

Esse desalinhamento decorre da ênfase quase absoluta que existe hoje na pós-graduação (stricto sensu) brasileira para a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico. Ou seja, a pós-graduação brasileira não forma professores, forma pesquisadores. Não cabe aqui discutir se sequer essa função esteja sendo cumprida, diante dos pífios indicadores de patentes e propriedade intelectual que o Brasil ostenta, isso é tema para outro artigo. A questão central é que uma pessoa com o título de mestre ou doutor não sabe ser professor. Ou pelo menos não aprendeu formalmente isso. Os novos docentes, orgulhosos de seus títulos de pós-graduação, são jogados em uma sala de aula, sem ter qualquer preparação formal para tanto, ficando a mesma restrita à iniciativa de algumas poucas instituições, que procuram desenvolver programas de capacitação pedagógica para seus docentes.

A origem do problema está no fato da política da CAPES/MEC considerar como relevante quase que exclusivamente a produção científica na avaliação dos programas de pós-graduação, em detrimento das atividades e iniciativas de formação pedagógica dos alunos, os quais serão absorvidos em sua maioria para a carreira do magistério. Segundo dados do próprio MEC, cerca de 70% dos egressos de programas de doutorado destinam-se às universidades. Essa política está muito clara no texto do novo Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG 2005-2010), lançado no mês passado pelo MEC:

“O objetivo principal do PNPG é o crescimento equânime do sistema nacional de pós-graduação, com o propósito de atender, com qualidade, as diversas demandas, da sociedade, visando o desenvolvimento científico, tecnológico, econômico e social do país. Esse plano tem ainda como objetivo subsidiar a formulação e a implementação de políticas públicas voltadas para as áreas de educação, ciência e tecnologia.”

Não se fala na formação de professores para o magistério. A palavra “pedagogia”, ou qualquer outra com a mesma raiz, não aparece em nenhum lugar das 86 ricamente ilustradas páginas do plano...é incrível.

O resultado dessa política é que os jovens docentes ingressam no magistério sem preparação formal e passam simplesmente a repetir velhas fórmulas, inspiradas em seus antigos mestres, em que os professores “dão” aula e os alunos copiam e, depois de um tempo, é feita uma prova para ver quem decorou. Os alunos continuam sendo considerados como “copos vazios” a serem preenchidos pela “sabedoria” do professor. Paradoxalmente, a universidade contemporânea, a quem caberia um papel principal na inovação e no desenho de novos paradigmas, continua a repetir a mesma fórmula pedagógica das universidades medievais e se recusa a mudar.

Assim, de uma lado burocratas do Governo se orgulham em divulgar os vigorosos números da pós-graduação no País, que passou de 541 programas de doutorado em 1996 para 1034 em 2004, e que evoluiu de 3 mil doutores formados em 1996 para 8 mil em 2003 (dados da CAPES/MEC). As metas do novo PNPG falam em formar 16 mil doutores em 2010.

De outro lado, o Brasil continua a exibir vergonhosos índices de qualidade educacional. Segundo dados do INEP/MEC (2001), a taxa de distorção idade-série nos alunos da 8ª. série do ensino fundamental é de 46%. Ou seja, quase metade dos alunos da 8ª. série já deveria estar no ensino médio.

O aumento no número de doutores, orgulhosamente citado pelo MEC, em nada melhorou esse desempenho, conforme mostram os resultados do SAEB (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica). Em 1995, a média nacional para o exame de matemática nos alunos do 3º. ano do ensino médio era de 282 pontos. Em 2003, esse valor caiu para 279. No exame de português, a situação é semelhante: caiu de 290 para 267. O alarmante é que essas médias seriam compatíveis com o esperado para alunos da 8ª. série. Ou seja, os alunos que estão à porta da universidade apresentam uma defasagem de pelo menos 3 anos em termos de conhecimentos de matemática e português.

Assim, fica cada vez mais evidente nesse Governo a tônica de suas políticas educacionais, caracterizadas pela enorme incapacidade em tocar nas feridas da improdutividade, do corporativismo e da ineficiência. Desta forma, é compreensível, ainda que não justificável, que muitas instituições não reconheçam o valor dos doutores para a concreta geração de valor ao processo educacional.

Ainda mais em um País, em que o título de doutor pode ser obtido de várias formas, como observado no caso do magistrado carioca que conseguiu obrigar judicialmente os empregados do prédio onde mora a tratarem-no como "doutor".

* *Maurício Garcia (mgarcia@anhembi.br) é Vice-Reitor da Universidade Anhembi Morumbi e **doutor** em Patologia Experimental e Comparada pela Universidade de São Paulo.*